

	<b>Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana</b>
	<b>Data:</b> ____/____/____ <b>Turma:</b> ____
	<b>Aluno:</b> _____
	<b>Professor: Manuel Antonio</b>
	<b>Disciplina: Filosofia</b>

**7ª APOSTILA DE FILOSOFIA- EDU NO ENEM 2021**

## Montesquieu, Voltaire e Rousseau

### MONTESQUIEU (1689-1755)

No século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se avaliam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado.

O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

No contexto científico e artístico do regime medieval, o embate filosófico possuía como uma de suas definições a divergência entre a igreja e independência de ideias.

Ao refletir sobre a possibilidade de abuso do poder nas monarquias, Montesquieu propôs que se estabelecesse a divisão do poder político em três instâncias:

- poder Legislativo (que elabora e aprova as leis),
- poder Executivo (que executa as normas e decisões relativas à administração pública) e
- poder Judiciário (que aplica as leis e distribui a proteção jurisdicional pedida aos juízes).

Ele critica toda forma de despotismo, mas prefere a monarquia moderada e não aprecia a ideia de o povo assumir o poder.

Para Montesquieu, a liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

“A liberdade política não se encontra senão nos governos moderados. Mas nem sempre está presente nos Estados moderados; só está quando não se abusa do poder;”

“A democracia e a aristocracia não são Estados livres pela própria natureza. A liberdade política não se encontra senão nos governos moderados.”

“Também não existe liberdade, se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do poder executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o juiz seria legislador. Se estivesse unida ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.”

Montesquieu define os tipos de crimes e as suas respectivas penas. A saber:

Tipos de Crime:	Penas
os da primeira espécie ferem a religião	a expulsão dos templos; a privação da sociedade dos fiéis, por um tempo ou para sempre; a fuga de sua presença, as execrações, as detestações, as conjurações.
os da segunda, ferem os costumes	a privação das vantagens que a sociedade ligou à pureza dos costumes, as multas, a vergonha, a obrigação de se esconder, a infâmia pública, a expulsão da cidade e da sociedade.
os da terceira, ferem a tranquilidade;	a prisão, as correções e outras penas que tragam de vólta os espíritos inquietos e os façam voltar para a ordem estabelecida.
os da quarta, ferem a segurança dos cidadãos.	com a perda dos bens; pena corporal e a pena de morte quando tiver violado a segurança a ponto de retirar a vida ou de tentar tirá-la.

“O princípio da democracia corrompe-se não somente quando se perde o espírito de igualdade, mas também quando se adquire o espírito de igualdade extremo e cada um quer ser igual àqueles que escolheu para comandá-lo.”

“A liberdade filosófica consiste no exercício de sua vontade, ou pelo menos se devemos falar em todos os sistemas na opinião que se tem de que se exerce sua vontade.”

“Nas coisas que perturbam a tranquilidade ou a segurança do Estado, as ações escondidas são da alçada da justiça humana.”

“A liberdade política consiste na segurança, ou pelo menos na opinião que se tem de sua segurança.”

“As leis que condenam um homem à morte cónirbase no depoimento de uma só testemunha são fatais para a liberdade. A razão exige duas; porque uma testemunha que afirma e um acusado que nega produzem uma divisão: é preciso um terceiro para decidir.”

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. *Filosofando, Introdução à Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

ODALIA, N. In: PINSKY, J, PINSKY, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2016.

(Montesquieu, *Do espírito das leis*, Col. Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 155-156e p. 157.)

(ENEM 2018)

Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição (op. cit. p. 147 s.)

**Questão 01** (ENEM 2018) O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se avaliam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. In: PINSKY, J. PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003

No ambiente cultural do antigo regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a

- aproximação entre inovação e saberes antigos.
- conciliação entre revelação e metafísica platônica.
- vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
- separação entre teologia e fundamentalismo religioso
- contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento

**Questão 02** (ENEM-2012) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que são independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- ao livre-arbítrio do cidadão em relação aquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- ao cumprimento da liberdade dos cidadãos conforme as leis.
- o direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

**Questão 03** (ENEM-2013) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis, São Paulo: Abril Cultura, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- estabelecimento de limites aos sujeitos públicos e às instituições governamentais.
- concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- consagração do poder político pela autoridade religiosa.

- reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

**Questão 04** (UFF2012) De acordo com o filósofo iluminista Montesquieu, no livro clássico O Espírito das Leis, quando as mesmas pessoas concentram o poder de legislar, de executar e de julgar, instaura-se o despotismo, pois, para que os cidadãos estejam livres do abuso de poder, é preciso que “o poder freie o poder”.

Identifique a sentença que melhor resume esse pensamento de Montesquieu.

- Para que a sociedade seja bem governada é necessário que uma só pessoa disponha do poder de legislar, agir e julgar.
- A separação dos poderes enfraquece o Estado e toma a sociedade vulnerável aos ataques de seus inimigos.
- A separação e independência entre os poderes é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam exercer sua liberdade.
- A sociedade melhor organizada é aquela em que o executivo goza de poder absoluto.
- As mesmas pessoas podem concentrar o poder, desde que sejam bem intencionadas.

**Questão 05** (ESPM 2012) Os textos abaixo referem-se a pensadores cujas obras e ideias exerceram forte influência em importantes eventos ocorridos nos séculos XVII e XVIII. Leia-os e aponte a alternativa que os relaciona corretamente a seus autores:

I. “O filósofo desenvolveu em seus Dois Tratados Sobre Governo a ideia de um Estado de base contratual. Esse contrato imaginário entre o Estado e os seus cidadãos teria por objeto garantir os direitos naturais do homem, ou seja, liberdade, felicidade e prosperidade. A maioria tem o direito de fazer valer seu ponto de vista e, quando o Estado não cumpre seus objetivos e não assegura aos cidadãos a possibilidade de defender seus direitos naturais, os cidadãos podem e devem pegar em armas contra seu soberano para assegurar um contrato justo e a defesa da propriedade privada”.

II. “O filósofo propôs um sistema equilibrado de governo em que haveria a divisão de poderes (legislativo, executivo e judiciário). Em sua obra O Espírito das Leis alegava que tudo estaria perdido se o mesmo homem ou a mesma corporação exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar e o de julgar os crimes ou as desavenças dos particulares. Afirmava que só se impede o abuso do poder quando pela disposição das coisas só o poder detém o poder”.

- I – John Locke; II – Voltaire;
- I – John Locke; II – Montesquieu;
- I – Rousseau; II – John Locke;
- I – Rousseau; II – Diderot;
- I – Montesquieu; II – Rousseau.

**Questão 06** Ufsj 2007) Leia o seguinte trecho.

“Não há palavra que tenha recebido as mais diferentes significações e que, de tantas maneiras, tenha impressionado os espíritos como a palavra liberdade. Uns tomaram-na pela facilidade em depor aquele a quem outorgaram um poder tirânico; outros, pela faculdade de eleger aquele a quem deveriam obedecer; outros, pelo direito de se armar, e de exercer a violência: estes, pelo privilégio de só serem

governados por um homem de sua nação, ou por suas próprias leis”.

(MONTESQUIEU. Livro 11º. Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição, cap. II, p. 147, Rio de Janeiro: Pensadores, 1979)

De acordo com esse trecho, a palavra “Liberdade”

- significa proibir o armamento a fim de promover segurança ao povo e aos governantes da nação.
- significa deixar o tirano governar e eleger a quem se deve obedecer.
- está sendo usada conforme adequação de costumes e inclinação de cada povo.
- é o mesmo que ser governado por leis elaboradas por homens que têm ideal político igual ao do povo.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 07** (Ufsj 2007) Analise as afirmativas abaixo, baseadas em Montesquieu, livro 11º: *Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição* (op. cit. p. 147 s.)

- A liberdade é o direito de fazer tudo que as leis permitem.
  - Encontra-se a liberdade política unicamente nos governos moderados.
  - A democracia e a aristocracia, por sua natureza, são Estados livres.
  - A experiência mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele.
  - Haverá liberdade se o poder de julgar estiver unido ao poder legislativo e ao executivo.
  - A liberdade consiste em cada cidadão viver isoladamente.
- Com base nessa análise, estão **CORRETAS** apenas as afirmativas

- I, II, IV
- II, III, I
- III, IV, VI
- IV, V, VI
- Nenhuma das alternativas anteriores

**Questão 08** (Ufsj 2007-adaptada) Segundo Montesquieu, há quatro tipos de crime:

- os da primeira espécie atentam contra os costumes; os da segunda, contra a religião; os da terceira, contra a segurança dos cidadãos; os da quarta, contra a tranquilidade.
- os da primeira espécie atentam contra a religião; os da segunda, contra os costumes; os da terceira, contra a tranquilidade; os da quarta, contra a segurança dos cidadãos.
- os da primeira espécie atentam contra a segurança dos cidadãos; os da segunda, contra a religião; os da terceira, contra a tranquilidade; os da quarta, contra os costumes.
- os da primeira espécie atentam contra a tranquilidade; os da segunda, contra os costumes; os da terceira, contra a religião; os da quarta, contra a segurança dos cidadãos.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 09** (Ufsj 2007) Segundo Montesquieu, Livro 8º, “Do Espírito das Leis”, o espírito da democracia é corrompido quando

- se perde o espírito de igualdade.
- o espírito de igualdade é esquecido.
- o senado quer deliberar pelo povo.
- os magistrados querem destruir os juízes.

- Nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 10** (Ufsj 2007-adaptado) Leia o trecho abaixo.

“Ninguém deverá se espantar se votos forem comprados a dinheiro. Não se pode dar muito ao povo sem retirar dele ainda mais, porém para retirar dele é necessário subverter o Estado. Quanto mais o povo pensa aproveitar de sua liberdade, mais se aproximará do momento em que deve perdê-la. Cria pequenos tiranos que possuem todos os vícios de um só. Em breve, o que resta da liberdade torna-se insuportável: surge um único tirano; o povo perde tudo, até mesmo as vantagens de sua corrupção”.

(MONTESQUIEU. Livro 8º: “Da corrupção dos princípios nos três governos”. Cap. II, p. 113. Rio de Janeiro: Pensadores, 1979).

Conforme Montesquieu,

- vendendo seus votos o povo terá um governo com liberdade plena e governo digno.
- o povo conseguirá a sua liberdade vendendo os seus votos.
- é comum corruptores da democracia comprarem votos.
- com um governo tirano o povo também ganha vantagens de sua corrupção.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 11** (Ufsj 2007-adaptada) Segundo Montesquieu, Livro 12º: “Das leis que formam a liberdade política na sua relação com o cidadão”, é **CORRETO** afirmar que

- nas coisas que perturbam a tranquilidade ou a segurança do Estado, as ações ocultas são da alçada do poder executivo.
- a liberdade política consiste no cumprimento do dever ou na opinião que se tem do cumprimento do dever.
- as leis que condenam à morte segundo depoimento de uma única testemunha são apoiadas pela liberdade.
- a liberdade filosófica consiste no exercício de sua vontade ou na opinião que se tem do exercício da vontade.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**Gabarito:**

**Resposta da questão 1:**

[E]

**Resposta da questão 2:**

[D]

**Resposta da questão 3:**

[B]

**Resposta da questão 4:**

[C]

**Resposta da questão 5:**

[B]

**Resposta da questão 6:**

[C]

**Resposta da questão 7:**

[A]

**Resposta da questão 8:**

[B]

**Resposta da questão 9:**

[A]

**Resposta da questão 10:**

[C]

**Resposta da questão 11:**

[D]

## VOLTAIRE (1694-1778)

Na França, surge Voltaire, entre outros. O poder de penetração da Ilustração na França se deve, sobretudo, ao caráter vulgarizador da produção de seus filósofos, empenhados em "levar as luzes" a todos os homens. Importante nesse processo é a publicação da Enciclopédia, obra imensa cujos verbetes são confiados a diversos autores, entre eles Voltaire.

Voltaire defende que "a lei é o déspota dos governantes e os governantes são os escravos da lei". A lei está acima de tudo.

Voltaire acreditava que as pessoas comuns estavam curvadas ao fanatismo e à superstição.

Para ele, a sociedade deveria ser reformada mediante o progresso da razão e o incentivo à ciência e tecnologia.

Voltaire coloca em questão elementos atribuídos à "natureza" divina a partir da constatação da permanência do mal no mundo humano, lançando uma dúvida acerca da origem do mal.

Voltaire coloca em dúvida a possibilidade de existência em Deus de elementos contrários à sua própria natureza.

Conforme Voltaire, Deus não pode interferir diretamente no livre arbítrio, haja vista que isso seria a negação da liberdade humana.

Com seu estilo literário irônico e vibrante, destacou-se pelas críticas que fez à prepotência dos poderosos, ao clero católico e à intolerância religiosa.

Em termos políticos, não foi propriamente um democrata, mas sim defensor de uma monarquia respeitadora das liberdades individuais, governada por um soberano esclarecido.

O pensamento iluminista é laico e secular e até mesmo, em alguns casos, abertamente anticlerical. As obras de Voltaire e Diderot são exemplos disso. Apesar de que Voltaire concordava com certa necessidade social da crença em Deus.

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. *Filosofando, Introdução à Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2016.

WEB. **Super Professor@Web**. Disponível em: <[https://www.sprweb.com.br/mod\\_app/index.php](https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php)> Acesso em 14/05/2020.

Marcondes, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Zahar. Edição do Kindle

## JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778)

"O homem nasce livre e em toda parte encontra -se a ferros"

Rousseau, um dos teóricos mais importantes do Iluminismo, apresenta uma teoria baseada no contrato social entre os homens e na igualdade natural entre todos eles. Seu pensamento apresenta uma crítica ao Antigo Regime, inspirando ideais que culminaram na Revolução Francesa.

De acordo com descrição de Rousseau, o ser humano em estado natural vivia isolado, livre e feliz, guiado por bons sentimentos e em harmonia com seu hábitat.

Segundo o filósofo, a desigualdade surgiu por um encadeamento de circunstâncias funestas, iniciadas no momento em que alguém cercou um terreno e disse que era seu, dando origem à propriedade privada.

Daí surgiram disputas e guerras. Os ricos, buscando garantir suas posses, e os demais, acreditando estar mais seguros assim, chegaram a um acordo para formar a sociedade civil e estabelecer leis de convivência (o chamado contrato social).

Portanto, podemos dizer resumidamente que, com o surgimento da sociedade e de todas as suas instituições, desapareceu a bondade natural, própria dos selvagens, bem como sua liberdade. e que a tese de Rousseau é a de que o estado social não é natural no ser humano e o corrompe, mas se tornou indispensável a partir de certo momento.

Segundo a teoria do contrato social de Rousseau, a soberania política pertence ao conjunto dos membros da sociedade. O fundamento dessa soberania é a vontade geral, que não resulta apenas na soma da vontade de cada um. A vontade particular e individual de cada um diz respeito a seus interesses específicos; porém, enquanto cidadão e membro de uma comunidade, o indivíduo deve possuir também uma vontade que se caracteriza pela defesa do interesse coletivo, do bem comum.

Para Rousseau, a soberania do povo é inalienável, isto é, pertence somente ao povo, que não deve outorgá-la a nenhum representante, devendo ele próprio exercê-la. É o ideal da democracia direta.

A soberania do povo, manifesta pelo legislativo, é inalienável, ou seja, não pode ser representada.

Os magistrados que constituem o governo estão subordinados ao poder de decisão do soberano e apenas executam as leis, devendo haver inclusive boa rotatividade na ocupação dos cargos.

Rousseau, apesar de comungar em alguns aspectos com a filosofia iluminista, vimos que esse pensador tinha reservas em relação à crença no progresso científico, além de ter concebido o ser humano em estado de natureza como bom selvagem, personagem oriundo de uma idealização da natureza por isso, muitos o consideram um pensador pré-romântico.

Rousseau não via com otimismo o desenvolvimento da técnica e do progresso, posição que é no mínimo polêmica, se lembrarmos que vive em pleno Iluminismo e, portanto,

entre homens confiantes no poder da razão humana para construir um mundo melhor.

Rousseau no primeiro capítulo do Ensaio sobre a origem das línguas: A palavra distingue os homens dos animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado.

Prosseguindo em sua apreciação sobre a importância da linguagem, Rousseau considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação: Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso.

No pensamento político de Hobbes e Rousseau, a propriedade privada não é um direito natural, mas civil

Rousseau qualificou a cultura e, portanto, também a filosofia até então como corruptora, por ser altamente artificial. Sugeriu o cultivo da natureza em oposição ao que seria a ditadura da civilização e os descaminhos da alienação produzida pela cultura.

Rousseau descreve sobre as mudanças que ocorrem no homem quando, de um estado natural insustentável, ele passa para um estado civil fortalecedor.

Ou seja, para Rousseau, segundo o exposto, o contrato social sequer é uma “opção”, mas, sim, o meio que resta para a conservação do gênero humano.

O estado natural é pautado por condutas instintivas, pois é constituído de animais, de homens primitivos, e não porque inexitem limitações cívicas ou legais.

Por fim, o contrato social não garante mais liberdade civil, ele garante a liberdade civil.

Enquanto Hobbes pensa o estado natural do homem como um estado de guerra, Rousseau pensa como sendo um estado de natural harmonia.

Rousseau considera que foi a sociedade que degenerou o homem, enquanto que Hobbes afirmava que o Estado Civil servia para defender os homens e lhes dar segurança.

Em certo sentido, Hobbes pode ser associado ao absolutismo, enquanto que Rousseau defendia um tipo de democracia participativa.

O Estado se encontra em declínio quando os interesses individuais e econômicos se sobrepõem ao interesse público.

Rousseau publicou em 1762 sua obra “Emílio” ou “Da Educação”, que, apesar de escrita na forma de romance, é um verdadeiro tratado pedagógico que serviu de base para educadores dos séculos seguintes.

A obra “Emílio” de Rousseau parte da essência da bondade natural do homem, considerando que o professor deve partir dos instintos naturais das crianças para, então,

desenvolvê-la, valorizando tanto a parte física quanto a moral.

Rousseau enxerga no contrato social o estabelecimento e a garantia da liberdade civil. Nesse sentido, ele rejeita tanto um governo que subjuguie os homens, quanto as agregações que se originam dessa subjugação por não constituírem-se como corpo político.

Deve-se considerar que os direitos políticos e sociais, para Rousseau, não são baseados em direitos religiosos, sendo, na verdade, a ordem social a base de todos os direitos.

Rousseau foi um dos principais expoentes do iluminismo. Ao discutir a situação do homem, preocupa-se com as condições políticas da época e defende o direito da sociedade na escolha de seus governantes.

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. *Filosofando, Introdução à Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

Marcondes, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Zahar. Edição do Kindle.

Ghiraldelli Jr., Paulo. *A Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche* (p. 142). Edição do Kindle.

WEB. **Super Professor@Web**. Disponível em: <[https://www.sprweb.com.br/mod\\_app/index.php](https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php)> Acesso em 14/05/2020

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Chauí, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática. 1997. p. 115)

1. (Uem 2013) Segundo o pensador francês Voltaire (1694-1778): “É verdade que os magistrados não são senhores do povo: são as leis que são as senhoras; mas o resto é absolutamente falso no nosso e em todos os Estados. Temos o direito, quando somos convocados, de rejeitar ou de aprovar os magistrados e as leis que nos propõem; não temos o direito de destituir os oficiais do Estado quando nos aprovar: esse direito seria o código da anarquia. O próprio rei da França, quando deu o cargo a um magistrado, não pode destituí-lo a não ser por um processo.”

(VOLTAIRE, Ideias republicanas por um membro do corpo. In: MARÇAL, J. (org.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 715)

A partir do trecho citado, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01) Os magistrados são os senhores do povo e não podem ser destituídos.
- 02) A lei deve estar acima de todos: reis, magistrados e povo.
- 04) A liberdade do povo, expressa no poder de aprovação ou rejeição das leis, inexistente contra os magistrados.
- 08) A destituição dos magistrados de seus cargos públicos deve ser algo previsto em lei e não ao arbítrio da vontade.
- 16) A liberdade da vontade de um indivíduo não pode estar acima das leis, sob o risco de cair-se na anarquia.

2. (Uff 2010) O escritor e filósofo francês Voltaire, que viveu no século XVIII, é considerado um dos grandes pensadores do Iluminismo ou Século das Luzes. Ele afirma o seguinte sobre a importância de manter acesa a chama da razão:

“Vejo que hoje, neste século que é a aurora da razão, ainda renascem algumas cabeças da hidra do fanatismo. Parece que seu veneno é menos mortífero e que suas goelas são menos devoradoras. Mas o monstro ainda subsiste e todo aquele que buscar a verdade arriscar-se-á a ser perseguido. Deve-se permanecer ocioso nas trevas? Ou deve-se acender um archote onde a inveja e a calúnia reacenderão suas tochas? No que me tange, acredito que a verdade não deve mais se esconder diante dos monstros e que não devemos abster-nos do alimento com medo de sermos envenenados”.

Identifique a opção que melhor expressa esse pensamento de Voltaire.

- a) Aquele que se pauta pela razão e pela verdade não é um sábio, pois corre um risco desnecessário.
- b) A razão é impotente diante do fanatismo, pois esse sempre se impõe sobre os seres humanos.
- c) Aquele que se orienta pela razão e pela verdade deve munir-se da coragem para enfrentar o obscurantismo e o fanatismo.
- d) O fanatismo e o obscurantismo são coisas do passado e por isso a razão não precisa mais estar alerta.
- e) A razão envenena o espírito humano com o fanatismo.

3. (Uem 2017) “Ou Deus quer extirpar o mal deste mundo e não pode, ou pode e não o quer; ou não pode nem quer; ou finalmente quer e pode. Se quer e não pode, é sinal de impotência, o que é contrário à natureza de Deus; se pode e não o quer, é malvadez, o que não é menos contrário à sua natureza; se não quer nem pode é simultaneamente malvadez e impotência; se quer e pode (o que de todas as hipóteses é a única que convém a Deus), qual é então a origem do mal sobre a terra?”.

VOLTAIRE, Dicionário Filosófico, in: FIGUEIREDO, V. *Seis filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006, p. 117.

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) O argumento, ao listar as possibilidades das ações divinas, lança dúvidas sobre se a origem do mal está realmente em Deus.
- 02) O argumento sugere que pode haver em Deus coisas contrárias à sua natureza, a saber: impotência e maldade.
- 04) O argumento não leva em conta a existência da liberdade humana, pois, se Deus pudesse impedir as ações más, ele limitaria a liberdade humana.
- 08) O argumento coloca um falso dilema, pois a onipotência divina não pode interferir nas ações humanas.
- 16) O argumento demonstra como Deus pode ser responsabilizado pela origem dos males no mundo.

4. (Uem 2012) O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) diz no *Contrato Social*:

“A passagem do estado natural ao estado civil produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça, e conferindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. [...] O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 606-607.)

A partir desse trecho, que reproduz uma concepção clássica da filosofia política contratualista, é correto afirmar que:

- 01) A opção pelo contrato social ocorre porque não há garantias jurídicas no estado natural.
- 02) O estado natural é pautado por condutas instintivas porque não há limitações cívicas ou legais.
- 04) O contrato social garante mais liberdade civil porque os homens agem moralmente.
- 08) A liberdade civil não é uma conquista para os homens porque eles perdem seu maior bem, a liberdade instintiva.
- 16) O estado natural é inseguro e injusto porque não há homens moralmente corretos.

5. (Enem PPL 2012) O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

6. (Uem 2012) “Hobbes não viu que a mesma causa que impede os selvagens de usarem sua razão, como o pretendem os nossos juristas, impede-os também de abusar das suas faculdades, como ele próprio o pretende; de sorte que se poderia dizer que os selvagens não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bom”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p.590).

A partir disso, assinale o que for **correto**.

- 01) Jean-Jacques Rousseau aplica à política o princípio ontológico aristotélico, segundo o qual o homem é uma criatura criada por Deus.
- 02) As concepções diferentes que Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau têm sobre a natureza humana os levam a divergir sobre a forma de organização que deve fundamentar a sociedade civil.
- 04) De acordo com Rousseau, são dois os motivos de o homem não ser mau no estado de natureza: em primeiro lugar, sendo isolado e não tendo as paixões do homem civil, o homem natural não ataca, não se vinga, não mata. Além disso, há no homem natural, o sentimento de piedade.

- 08) Para Rousseau, o homem torna-se o lobo do homem, quando, ao afastar-se do estado de natureza, ele se perverte.
- 16) Segundo Hobbes, os homens tendem sempre para a guerra, pois, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, e esta é impossível de ser obtida por ambos, eles se tornam inimigos.

7. (Uem-pas 2012) O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) escreveu as seguintes afirmações a respeito da representação política: “Desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra próximo da ruína. Se lhes for preciso combater, pagarão tropas e ficarão em casa; se necessário ir ao conselho, nomearão deputados e ficarão em casa. À força de preguiça e de dinheiro, terão, por fim, soldados para escravizar a pátria e representantes para vendê-la.”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: \_\_\_\_\_. *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 185).

A partir dessas afirmações, é correto afirmar que

- 01) quando os cidadãos se preocupam prioritariamente com seus interesses econômicos e deixam de se preocupar com o bem público, o Estado entra em declínio.
- 02) o filósofo defende a representação política por parte dos deputados como recurso político mais adequado.
- 04) o filósofo defende a venda da pátria pelos representantes políticos.
- 08) a participação política dos cidadãos é uma atividade necessária para o bem do Estado.
- 16) é necessário que o Estado tenha dinheiro para escravizar os soldados.

8. (Uespi 2012) Rousseau foi um pensador que atuou, com destaque, no século XVIII. Sua obra mais famosa é o *Contrato Social*. No entanto, Rousseau também:

- a) formulou teses defensivas para consolidação do liberalismo econômico, continuando as reflexões de Adam Smith.
- b) defendeu o retorno aos governos monárquicos, desde que respeitassem a vontade coletiva da maioria que vivia na pobreza.
- c) criticou a existência da escravidão, mas não se colocou contra o mercantilismo e os projetos colonizadores europeus.
- d) preocupou-se com a pedagogia, redefinindo princípios e combatendo preconceitos comuns entre os mais conservadores.
- e) fortaleceu o liberalismo político e exaltou a liberdade do cidadão, embora não tocasse no problema da soberania popular.

TEXTO PARA AS PRÓXIMAS 2 QUESTÕES:

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado (inviolável) que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

9. (Unicamp 2012-adaptada) No trecho apresentado, o autor

- a) argumenta que um corpo político existe quando os homens encontram-se associados em estado de igualdade política.
- b) reconhece os direitos religiosos como base para os direitos políticos e sociais.
- c) defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- d) denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

10. (Unicamp 2012-adaptada) Sobre *Do Contrato Social*, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- a) Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- b) A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- c) Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- d) O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**Gabarito:**

<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>1:</b>
02 + 08 + 16 = 26.			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>2:</b>
[C]			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>3:</b>
01 + 02 + 04 + 08 = 15.			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>4:</b>
01 + 02 + 04 = 07.			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>5:</b>
[A]			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>6:</b>
02 + 04 + 08 + 16 = 30.			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>7:</b>
01 + 08 = 09.			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>8:</b>
[D]			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>9:</b>
[A]			
<b>Resposta</b>	<b>da</b>	<b>questão</b>	<b>10:</b>
[B]			